

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

Ingrid Bárbara Santos Santana

Educação Patrimonial e Turismo Pedagógico no Rio do Engenho (Ilhéus/BA):
Proposta de roteiro pedagógico a partir do reconhecimento do território como espaço
de memória e resistência

Juiz de Fora

2026

Ingrid Bárbara Santos Santana

Educação Patrimonial e Turismo Pedagógico no Rio do Engenho (Ilhéus/BA):

Proposta de roteiro pedagógico a partir do reconhecimento do território como espaço de memória e resistência

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização Em Gestão Pública De Turismo E Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública do Turismo e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Doutor Edwaldo Sérgio dos Anjos Junior

Coorientadora: Mestre Ananda Elisabeth Fernandes

Juiz de Fora

2026

<https://www2.ufjf.br/biblioteca/servicos/#ficha-catalografica>

Ingrid Bárbara Santos Santana

Educação Patrimonial e Turismo Pedagógico no Rio do Engenho (Ilhéus/BA):

Proposta de roteiro pedagógico a partir do reconhecimento do território como espaço de memória e resistência.

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado ao Centro de Educação a Distância da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública do Turismo e Desenvolvimento Regional.

Aprovada em 19 de março de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Doutor Edwaldo Sérgio dos Anjos Junior - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Doutora Romilda Aparecida Lopes
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Mestre Ananda Elisabeth Fernandes
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dedico este trabalho ao meu filho de quatro patas, Dumbo, que diariamente me inspira a evoluir. Aos meus pais e minhas tias que sempre me motivaram a estudar apesar das dificuldades da vida. E, ao meu amigo Antônio Rodrigo que, acreditando mais em mim do que eu mesma, me incentivou a iniciar o curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, aos Orixás e a todos os espíritos de luz que me guiam, pela oportunidade de conclusão de mais esta etapa em minha trajetória acadêmica.

Minha gratidão à psicóloga Letícia Martins, pelo suporte emocional, e aos professores Edwaldo Sérgio dos Anjos Junior e Ananda Elisabeth Fernandes, pela empatia, orientação e paciência durante a construção deste trabalho. Sem o apoio e a compreensão de vocês, com certeza, a conclusão deste ciclo seria impossível.

RESUMO

O presente trabalho acadêmico tem como objetivo propor um roteiro pedagógico de educação patrimonial para o distrito do Rio do Engenho, no município de Ilhéus (BA), compreendendo o território como espaço de memória e resistência. A pesquisa parte do reconhecimento de que esse espaço reúne vestígios significativos da formação histórica regional, marcada pela presença de povos indígenas, pela economia açucareira e pelas experiências de resistência de populações indígenas e negras escravizadas, como as revoltas ocorridas no Engenho de Santana em 1602 e 1789. Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida a partir de levantamento bibliográfico, análise documental e observação in loco do território, buscando identificar elementos do patrimônio cultural presentes na localidade e suas potencialidades educativas. A partir dessa investigação, foi elaborado um roteiro pedagógico estruturado em etapas de pré-visita, visita de campo e pós-visita, com o intuito de articular conteúdos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) à experiência territorial, promovendo práticas interdisciplinares voltadas aos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) da rede pública municipal. O roteiro propõe dinâmicas investigativas, problematizações históricas e atividades reflexivas que incentivam os estudantes a reconhecer o território como fonte de conhecimento histórico, estimulando o pensamento crítico e o desenvolvimento do senso de pertencimento. Os resultados do estudo evidenciam que o Rio do Engenho possui potencial para se consolidar como espaço de educação patrimonial e turismo pedagógico no sul da Bahia. Entretanto, também foi possível identificar fragilidades relacionadas à preservação do patrimônio histórico local e à descontinuidade de políticas públicas voltadas à sua valorização. Nesse contexto, conclui-se que a operacionalização de roteiros pedagógicos pode contribuir não apenas para fortalecer o vínculo entre instituições de ensino e território, mas também para ampliar o debate público sobre a importância da preservação e salvaguarda da memória histórica local, estimulando a valorização do patrimônio cultural e o reconhecimento das trajetórias de resistência que estruturam a identidade da comunidade.

Palavras-chave: Educação patrimonial; Rio do Engenho; Turismo pedagógico.

ABSTRACT

This study aims to propose a pedagogical itinerary for heritage education in the district of Rio do Engenho, in the municipality of Ilhéus (BA), understanding the territory as a space of memory and resistance. The research is based on the recognition that this space brings together significant traces of the regional historical formation, marked by the presence of Indigenous peoples, the sugar-based economy, and the experiences of resistance of Indigenous and enslaved Black populations, such as the revolts that occurred at Engenho de Santana in 1602 and 1789. Methodologically, the study is characterized as a qualitative research of an exploratory and descriptive nature, developed through bibliographic survey, documentary analysis, and in loco observation of the territory, seeking to identify elements of the cultural heritage present in the locality and their educational potential. Based on this investigation, a pedagogical itinerary was developed structured in stages of pre-visit, field visit, and post-visit, with the aim of articulating the contents of the Base Nacional Comum Curricular (BNCC) with the territorial experience, promoting interdisciplinary practices aimed at students in the final years of Elementary School (6th to 9th grade) of the municipal public education system. The itinerary proposes investigative dynamics, historical problematizations, and reflective activities that encourage students to recognize the territory as a source of historical knowledge, stimulating critical thinking and the development of a sense of belonging. The results of the study show that Rio do Engenho has the potential to consolidate itself as a space for heritage education and pedagogical tourism in southern Bahia. However, it was also possible to identify weaknesses related to the preservation of local historical heritage and the discontinuity of public policies aimed at its valorization. In this context, it is concluded that the implementation of pedagogical itineraries can contribute not only to strengthening the link between educational institutions and the territory, but also to expanding the public debate on the importance of preserving and safeguarding local historical memory, encouraging the appreciation of cultural heritage and the recognition of the trajectories of resistance that structure the community's identity.

Keywords: Heritage education; Rio do Engenho; Pedagogical tourism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	–	Passeio fluvial Rio do Engenho, Ilhéus (BA).....	41
Figura 2	–	Rio do Engenho, Ilhéus (BA).....	42
Figura 3	–	Igreja Nossa Senhora de Santana. Rio do Engenho, Ilhéus (BA)	43
Figura 4	–	Tacho do antigo engenho. Rio do Engenho, Ilhéus (BA)	45
Figura 5	–	Pedra da moenda do antigo engenho. Rio do Engenho, Ilhéus (BA).....	46
Figura 6	–	Sala de Leitura Gregório Luís. Rio do Engenho, Ilhéus (BA).....	47
Figura 7	–	Fazenda Caminho Feliz. Rio do Engenho, Ilhéus (BA).....	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Articulação do roteiro pedagógico com habilidades da BNCC.....	36
Quadro 2	– Síntese das etapas do roteiro pedagógico.....	50

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	14
2.1 TIPO E NATUREZA DA PESQUISA.....	15
2.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	15
2.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	16
2.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	16
3 TURISMO, TERRITÓRIO E PATRIMÔNIOS:DESAFIOS PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E DA RESISTÊNCIA.....	17
3.1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E TURISMO: PRÁTICAS E DESAFIOS.....	21
3.2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL.....	22
4 O LÓCUS DA PROPOSTA: RIO DO ENGENHO E O PATRIMÔNIO CULTURAL	25
4.1 RIO DO ENGENHO COMO TERRITÓRIO DE MEMÓRIA E RESISTÊNCIA	27
4.2 PATRIMÔNIOS IDENTIFICADOS.....	29
5 ROTEIRO PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO METODOLÓGICO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	32
5.1 ROTEIRO PEDAGÓGICO: RIO DO ENGENHO COMO TERRITÓRIO DE MEMÓRIA E RESISTÊNCIA.....	33
5.1.1 Público-alvo.....	33
5.1.2 Objetivo geral do Roteiro.....	34
5.1.3 Objetivos específicos do Roteiro.....	34
5.1.4 Eixos Temáticos.....	34
5.1.5 Articulação com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).....	35
5.1.6 Estrutura metodológica.....	39
5.1.7. Avaliação.....	50
5.1.8. Possibilidades de Implementação na Gestão Pública.....	51
5.1.9. Potencial Transformador.....	51
6 CONCLUSÃO.....	51
REFERÊNCIAS.....	54

1 INTRODUÇÃO

A relação entre turismo, educação e patrimônio cultural tem se apresentado como um campo estratégico para a valorização de territórios historicamente marcados por processos de invisibilização, silenciamento e resistência. No contexto brasileiro, iniciativas que articulam educação patrimonial e turismo pedagógico assumem papel significativo na construção de práticas educativas críticas, comprometidas com o reconhecimento da memória coletiva e das identidades locais.

O debate contemporâneo acerca do patrimônio cultural no Brasil não pode mais ser conduzido a partir de uma perspectiva neutra ou meramente conservacionista. Em territórios historicamente marcados pela colonização, escravidão e desigualdades socioespaciais, falar em patrimônio implica em discutir poder, narrativa e disputa simbólica. Ou seja, o patrimônio cultural não pode ser compreendido apenas como herança arquitetônica ou conjunto de bens tombados. Ele constitui, sobretudo, um campo de disputas de narrativas.

A educação patrimonial, compreendida para além de ações pontuais de preservação de bens materiais, configura-se como uma prática política e pedagógica voltada à formação de sujeitos críticos, capazes de reconhecer o patrimônio como expressão de relações sociais, culturais e históricas. Nesse sentido, autores como Horta, Grunberg e Monteiro (1999) defendem que o patrimônio cultural deve ser entendido como um processo educativo contínuo, no qual a comunidade se reconhece como agente produtor e guardião de sua própria história. Tal perspectiva dialoga diretamente com abordagens contemporâneas que defendem uma educação patrimonial de caráter decolonial, sensível às múltiplas vozes e experiências presentes nos territórios (Tolentino, 2018; Xavier; Marques, 2024).

Nessa conjuntura, o turismo pedagógico emerge como uma prática educativa que utiliza o deslocamento, a vivência e a experiência territorial como instrumentos de aprendizagem. Ao aproximar estudantes dos espaços de memória, o turismo pedagógico contribui para a ressignificação do território enquanto espaço educativo, promovendo o diálogo entre conhecimento formal, saberes locais e experiências vividas. Conforme apontam Aragão, Santos e Silva (2019), essa modalidade de turismo possibilita a articulação entre educação, cultura e cidadania, especialmente em contextos urbanos e rurais marcados por forte densidade histórica e simbólica.

É nesse contexto que se insere o distrito do Rio do Engenho, localizado no município de Ilhéus/BA. O território, reconhecido por sua relevância histórica desde o período colonial, abriga um conjunto de patrimônios culturais materiais e imateriais, associados à formação econômica, social e cultural da região cacaujeira. O Rio do Engenho constitui-se como território de memória e resistência, no qual práticas culturais, modos de vida e narrativas locais expressam processos históricos de luta, permanência e pertencimento (Mattos, 2004; Noia, 2008).

Atualmente, esse território de expressiva densidade histórica apresenta, de forma paradoxal, um processo contínuo de dilapidação de seu patrimônio material, seja por abandono, descaracterização ou ausência de políticas sistemáticas de preservação. Diante disso, a valorização do patrimônio imaterial torna-se não apenas pertinente, mas estratégica. Se os edifícios ruem, podem permanecer, ainda que também sob risco, as memórias, as narrativas, as práticas religiosas, os saberes tradicionais e as experiências de resistência que estruturam a identidade local.

Diante desse cenário, o presente estudo parte do seguinte problema de pesquisa: de que forma a elaboração de um roteiro pedagógico pode contribuir para a valorização do Rio do Engenho (Ilhéus/BA) enquanto território de memória e resistência, no contexto da educação patrimonial e do turismo pedagógico? Tal questionamento insere-se no âmbito das políticas públicas municipais, considerando a necessidade de integrar educação, cultura e turismo em estratégias efetivas de valorização da localidade. Como objetivo geral, busca-se propor um roteiro pedagógico de educação patrimonial para o Rio do Engenho, fundamentado no reconhecimento do território como espaço de memória e resistência. Para tanto, o estudo se estrutura a partir da caracterização histórica do território, da identificação de seus elementos patrimoniais, da análise do papel da educação patrimonial no âmbito da gestão pública municipal e da proposição de um instrumento metodológico aplicável às escolas públicas de Ilhéus.

Ao articular educação patrimonial, turismo pedagógico e gestão pública, este trabalho acadêmico pretende contribuir para o fortalecimento de práticas educativas comprometidas com a valorização do patrimônio cultural e com a formação cidadã, reconhecendo o turismo como ferramenta pedagógica e política no processo de desenvolvimento regional. O roteiro apresentado constitui-se como instrumento potencial de subsídio às políticas educacionais e turísticas no âmbito municipal.

A fim de alcançar os objetivos propostos, o presente estudo está estruturado em cinco capítulos, além desta introdução. No capítulo 2 são apresentados os procedimentos metodológicos que orientaram a pesquisa, contemplando a natureza do estudo, os métodos de coleta de dados, a delimitação do objeto investigado e as técnicas de análise adotadas. O capítulo 3 discute os referenciais teóricos que fundamentam o estudo, abordando a relação entre educação patrimonial, turismo pedagógico, território, memória e resistência, bem como os desafios para a implementação dessas práticas no âmbito da gestão pública municipal. No capítulo 4 apresenta-se o lócus da proposta, com a caracterização histórica, cultural e patrimonial do distrito do Rio do Engenho. No capítulo 5 é apresentado o roteiro pedagógico como instrumento metodológico da educação patrimonial, estruturado a partir das discussões teóricas e da análise do território, com o objetivo de subsidiar práticas educativas voltadas à valorização do patrimônio cultural do Rio do Engenho. Por fim, são apresentadas as considerações finais do estudo, nas quais se retomam os principais resultados e se discutem as contribuições do roteiro pedagógico proposto para a valorização do patrimônio cultural e para o fortalecimento de práticas educativas na localidade.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos deste estudo foram definidos considerando a necessidade de uma abordagem que contemplasse as dimensões históricas, culturais e simbólicas do território do Rio do Engenho, no município de Ilhéus/BA. A investigação parte do entendimento de que o patrimônio cultural é uma construção social, produzida e ressignificada ao longo do tempo, e que o território se constitui como espaço de memória e resistência. A partir dessa compreensão, buscou-se estruturar uma metodologia para a proposta de elaboração de um roteiro pedagógico voltado à educação patrimonial.

A pesquisa foi conduzida por meio da articulação entre levantamento bibliográfico, análise documental e observação in loco, compreendendo o território como fonte para a construção da proposta pedagógica. Conforme apontam Lakatos e Marconi (2003), a definição dos procedimentos metodológicos deve estar diretamente relacionada à natureza do fenômeno investigado e às questões que

orientam a pesquisa científica, de modo a garantir coerência entre teoria, método e objetivos.

2.1 TIPO E NATUREZA DA PESQUISA

A pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. O caráter exploratório se justifica pela necessidade de aprofundar a compreensão acerca da articulação entre educação patrimonial e turismo pedagógico no contexto específico do Rio do Engenho, temática que ainda carece de maior sistematização, sobretudo quando analisada a partir da noção de território como espaço de memória e resistência. Já o caráter descritivo está relacionado à identificação dos elementos do patrimônio cultural material e imaterial presentes no território, bem como das práticas e potencialidades educativas associadas a esses bens.

No que se refere à natureza da abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, uma vez que se dedica à interpretação de significados, narrativas, memórias e práticas sociais vinculadas ao patrimônio cultural. A opção pela abordagem qualitativa possibilita a compreensão das relações entre território, memória e resistência, considerando o contexto histórico e sociocultural no qual o Rio do Engenho está inserido. Segundo Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa qualitativa permite analisar os fenômenos em sua complexidade, valorizando aspectos simbólicos e subjetivos que não podem ser apreendidos por meio de procedimentos quantitativos.

2.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada a partir da pesquisa bibliográfica, análise documental e observação in loco, não sendo utilizada a aplicação de questionários ou entrevistas estruturadas.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir da consulta a livros, artigos científicos e publicações acadêmicas relacionadas aos temas educação patrimonial, turismo pedagógico, território, memória e resistência. Autores como Horta, Grunberg e Monteiro (1999), Tolentino (2018), Aragão, Santos e Silva (2019), Ferreira (2025) e Sales (2025) forneceram os referenciais conceituais e metodológicos que fundamentaram a análise e orientaram a elaboração da proposta de roteiro

pedagógico. Conforme destacam Lakatos e Marconi (2003), esse tipo de pesquisa possibilita o contato direto com produções científicas consolidadas, contribuindo para a construção de um referencial teórico consistente.

A análise documental foi realizada a partir de materiais produzidos por órgãos públicos e instituições de pesquisa que abordam o território do Rio do Engenho e as políticas públicas relacionadas à educação, cultura e turismo. Esses documentos auxiliaram na contextualização histórica do território e na compreensão das ações e diretrizes institucionais que incidem sobre a área de estudo.

A observação in loco permitiu o reconhecimento direto do território, de seus bens patrimoniais, da paisagem cultural e das dinâmicas locais. Essa observação foi realizada de forma orientada pelos objetivos do estudo, contemplando visita aos principais pontos de interesse histórico-cultural do Rio do Engenho, bem como aos espaços de convivência comunitária. A partir dessa vivência no território, foi possível identificar elementos materiais e imateriais relevantes para a elaboração do roteiro pedagógico, além de compreender o espaço como território vivido e potencialmente educativo.

2.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Em razão do caráter qualitativo da pesquisa, não se trabalhou com amostragem estatística. A delimitação do estudo concentrou-se no território do Rio do Engenho, compreendido como unidade espacial, histórica e simbólica de análise. Os bens patrimoniais, as práticas culturais e os elementos da paisagem considerados no estudo foram selecionados a partir de sua relevância histórica, cultural e educativa, bem como de sua potencialidade para integrar um roteiro pedagógico voltado à educação patrimonial.

2.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi realizada por meio de análise qualitativa de conteúdo, articulando as informações obtidas na pesquisa bibliográfica, na análise documental e na observação in loco realizada no Rio do Engenho em 22 de janeiro de 2026. Buscou-se interpretar os elementos do patrimônio cultural do Rio do Engenho de

acordo com as abordagens críticas sobre educação patrimonial, conforme discutido por Tolentino (2018), Xavier e Marques (2024) e Ferreira (2025).

A análise qualitativa de conteúdo não foi utilizada apenas como procedimento descritivo, mas como estratégia interpretativa orientada por categorias analíticas previamente definidas a partir do referencial teórico do estudo. Essas categorias emergem dos conceitos discutidos ao longo do trabalho e estruturam a leitura crítica do território. Foram adotadas como categorias orientadoras: memória, resistência, identidade, patrimônio material e patrimônio imaterial.

A análise ocorreu a partir da leitura e organização das informações coletadas na bibliografia e nos documentos institucionais, seguida da sistematização das observações registradas durante a visita ao Rio do Engenho. Posteriormente, os dados foram agrupados e interpretados à luz das categorias analíticas definidas, o que permitiu identificar recorrências, tensões e silenciamentos presentes nas narrativas sobre o Rio do Engenho, bem como estabelecer relações entre teoria e território e fundamentar a seleção dos pontos que compõem o roteiro pedagógico proposto.

Dessa forma, os procedimentos metodológicos adotados permitiram não apenas compreender o Rio do Engenho como território de memória e resistência, mas também fundamentar a proposição de uma intervenção pedagógica coerente com a realidade local e com as discussões contemporâneas sobre patrimônio cultural e educação.

3 TURISMO, TERRITÓRIO E PATRIMÔNIOS:DESAFIOS PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E DA RESISTÊNCIA

Para o desenvolvimento de uma proposta de roteiro pedagógico comprometida com a valorização do Rio do Engenho enquanto território de memória e resistência necessita-se da compreensão destes conceitos, uma vez que eles orientarão os critérios de seleção dos pontos visitados, as narrativas mobilizadas e as estratégias metodológicas adotadas no roteiro proposto. Educação patrimonial, turismo pedagógico, território, memória e resistência constituem categorias analíticas interdependentes, que permitem interpretar o espaço não apenas como suporte físico, mas como construção social, histórica e simbólica.

A educação patrimonial consolidou-se no Brasil a partir da década de 1980, vinculada às políticas de preservação do patrimônio cultural e às ações educativas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Segundo Horta, Grunberg e Monteiro (1999), a educação patrimonial consiste em um processo permanente de reconhecimento, valorização e apropriação do patrimônio cultural, no qual os sujeitos são convidados a compreender os bens culturais como referências de identidade, memória e cidadania. Para as autoras, trata-se de uma prática educativa que ultrapassa a transmissão de informações, ao promover a reflexão crítica sobre o significado social do patrimônio.

As práticas da Educação Patrimonial consistem em conscientizar a população sobre proteção, valorização, preservação e salvaguarda a respeito do patrimônio cultural. Patrimônio este que não se resume apenas a objetos históricos e artísticos, constitui-se também das expressões culturais, danças e músicas, os rituais, festas religiosas e populares. O saber fazer, como, maneiras de pescar, caçar, plantar cultivar, colher, o uso de plantas como alimentos e remédios, de construir moradias, a culinária, as danças e músicas, assim como os modos de vestir e falar (Reis, 2024, p.361).

No roteiro pedagógico proposto, essa concepção se traduz na construção de atividades que estimulam a problematização histórica dos espaços visitados, priorizando a reflexão crítica em detrimento de uma abordagem meramente informativa.

Nas últimas décadas, essa concepção tem sido tensionada por abordagens críticas e decoloniais, que questionam a centralidade de narrativas hegemônicas nos processos de patrimonialização. Tolentino (2018) argumenta que a educação patrimonial decolonial busca enfrentar os entraves históricos das políticas patrimoniais, ao reconhecer saberes subalternos que resistiram aos processos colonizadores e valorizar experiências territoriais marcadas por resistências culturais. Nessa perspectiva, o patrimônio deixa de ser apenas objeto de conservação para tornar-se campo de disputa simbólica e política. Tal compreensão orienta a escolha de narrativas que evidenciem memórias silenciadas e experiências de resistência, evitando a reprodução de discursos patrimoniais hegemônicos no percurso pedagógico.

O turismo pedagógico emerge como uma prática educacional que alia a experiência do turismo à aprendizagem ativa, promovendo uma abordagem dinâmica e integrada de ensino. Essa modalidade utiliza o deslocamento e a interação com ambientes históricos, culturais e

ambientais para transformar o aprendizado em vivência, aproximando os educadores e estudantes dos contextos abordados em sala (Sales, 2025, p. 1341).

Diferentemente do turismo convencional, o turismo pedagógico prioriza a dimensão formativa da experiência turística, articulando conteúdos curriculares, patrimônio cultural e realidade local. Conforme Sales (2025), o turismo pedagógico possibilita a aprendizagem significativa ao integrar teoria e prática, estimulando o olhar crítico dos estudantes sobre o espaço visitado. Essa abordagem é particularmente relevante quando associada à educação patrimonial, pois permite que o patrimônio seja vivenciado *in loco*, fortalecendo vínculos de pertencimento e identidade. No âmbito metodológico, essa articulação fundamenta a estrutura do roteiro enquanto experiência formativa organizada em momentos de preparação, vivência territorial e reflexão posterior, integrando conteúdo curricular e experiência prática.

A noção de território de memória e resistência emerge da articulação entre os conceitos de território, memória social e resistência cultural, sendo utilizada em estudos que buscam compreender espaços marcados por processos históricos de dominação, conflitos sociais e permanência de práticas culturais tradicionais. Nessa perspectiva, os espaços deixam de ser interpretados não apenas como recortes geográficos, mas como construções sociais impregnadas de significados, narrativas e disputas simbólicas. Tal compreensão desloca o olhar tradicional sobre o espaço turístico, exigindo que a construção do roteiro pedagógico considere as camadas históricas, os conflitos e as experiências sociais que estruturam o território.

O significado de território adotado neste estudo compreende o espaço como produto de relações sociais, políticas e culturais.

[...]entendido como o espaço vivido, apropriado e constantemente ressignificado pelas relações entre objetos técnicos e ações humanas. Esse enfoque permite problematizar os usos e disputas do território por diferentes agentes sociais, revelando tensões, desigualdades e lógicas de organização espacial que estruturam a vida cotidiana (Santos, 2008 *apud* Pereira; Castellar, 2025, p.2).

Essa compreensão desloca o território da ideia meramente física ou administrativa, reconhecendo-o como um lugar vivido, apropriado e simbolicamente construído pelos sujeitos. Almeida, Moura Fé e Pinheiro (2024) destacam que o patrimônio cultural, quando articulado ao território, pode atuar como vetor de

desenvolvimento regional sustentável, ao fortalecer economias locais e valorizar identidades coletivas. Assim, o território não é apenas cenário, mas agente ativo nos processos educativos e turísticos. No roteiro proposto, os espaços visitados são compreendidos como dispositivos pedagógicos que possibilitam a leitura crítica das relações sociais e históricas ali inscritas.

Associada ao território, a memória assume papel central na construção das identidades sociais.

A memória coletiva se constitui em um contexto social diretamente relacionada a um lugar, sendo, portanto, um fator fundamental para a construção da identidade e do sentimento de continuidade e pertença. Compreendendo o patrimônio como uma herança que se deseja comunicar ao futuro, e a cultura como expressão da produção de bens simbólicos que definem as identidades, constituídas numa relação dialógica com o outro, memória se insere como o reconhecimento e a reconstrução de experiências passadas, numa dimensão atualizada (Almeida; Moura Fé; Pinheiro, 2024, p.5-6).

Ela contribui para a compreensão de como determinados territórios se consolidam como referências simbólicas para grupos sociais específicos, e é construída socialmente se ancorando em lugares, objetos e práticas que possibilitam a atualização constante do passado no presente.

Já a ideia de resistência está diretamente relacionada à permanência e à reafirmação de identidades culturais diante de processos de dominação, silenciamento ou invisibilização histórica. Em muitos contextos, práticas culturais, saberes tradicionais e narrativas locais tornam-se formas de resistência simbólica frente às estruturas de poder que historicamente marginalizaram determinados grupos sociais. No campo da educação patrimonial, essa perspectiva implica reconhecer e valorizar as memórias de grupos historicamente subalternizados. Como argumenta Tolentino (2018, p. 56), é necessário “contestar e romper com os processos de dominação sobre as memórias historicamente subalternizadas de grupos e segmentos sociais não hegemônicos”, evidenciando o papel da educação patrimonial decolonial na valorização de narrativas e experiências historicamente invisibilizadas.

A memória, conforme discutem Reis (2024) e Xavier e Marques (2024), constitui-se como elemento fundamental para a resistência cultural, especialmente em territórios marcados por populações negras, tradicionais e historicamente marginalizadas. Desta forma, a educação patrimonial atua como instrumento de

resistência ao esquecimento, ao promover a valorização de narrativas locais e de experiências históricas silenciadas.

[...] faz-se necessária a inserção de grupos populares historicamente marginalizados e que foram invisibilizados sejam integrados a estruturas formais e não-formais de ensino para contrapor a essa base ideológica. A partir dos patrimônios negros, memórias, saberes, fazeres e a inclusão da história local. O desenvolvimento de ações de Educação Patrimonial voltada para o território permite elucidar essas lacunas, que por muitas vezes são passadas por gerações e quase que imperceptível o território fica suscetível ao abandono. Sendo assim, o conhecimento pode se transformar em pertencimento e valorização (Reis, 2024, p.361).

Ao articular educação patrimonial, turismo pedagógico, território, memória e resistência, este estudo adota uma perspectiva que reconhece o Rio do Engenho como espaço educativo e político. Um espaço marcado por memórias relacionadas à formação social local, às dinâmicas da economia cacaueira e às práticas culturais tradicionais, que persistem como formas de resistência cultural e identitária. Essa abordagem fundamenta a proposta de roteiro pedagógico apresentada nos capítulos seguintes, entendendo o turismo não apenas como atividade econômica, mas como prática social comprometida com a formação cidadã e o fortalecimento do desenvolvimento regional. Desse modo, cada conceito discutido aqui constitui fundamento estruturante das etapas, dos conteúdos e das estratégias pedagógicas que compõem o roteiro apresentado neste estudo.

3.1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E TURISMO: PRÁTICAS E DESAFIOS

A articulação entre educação patrimonial e turismo tem se consolidado como um campo de práticas educativas que ultrapassa a dimensão da visita turística, assumindo caráter formativo, político e social. Quando orientadas por uma perspectiva crítica, essas práticas possibilitam a leitura do território como espaço de aprendizagem, no qual se entrecruzam memória, cultura, identidade e cidadania. No entanto, a efetivação dessa articulação enfrenta desafios, sobretudo no âmbito da gestão pública, que nem sempre incorpora o patrimônio cultural como eixo estruturante das políticas educacionais e turísticas. Tal lacuna reforça a importância de instrumentos metodológicos concretos, como o roteiro pedagógico aqui proposto, capazes de operacionalizar essa integração no âmbito municipal.

Segundo Aragão, Santos e Silva (2019), a aproximação entre turismo cultural e educação patrimonial permite a construção de experiências educativas que valorizam os centros históricos e os territórios tradicionais, contribuindo para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e para a preservação do patrimônio. Os autores destacam que o turismo, quando orientado por princípios educativos, pode atuar como mediador entre o conhecimento escolar e os saberes locais, promovendo aprendizagens contextualizadas e socialmente relevantes.

Nessa mesma direção, Ferreira (2025) argumenta que a educação patrimonial associada ao turismo deve ser compreendida como prática de resistência, sobretudo em territórios periféricos e comunidades tradicionais. Para o autor, roteiros pedagógicos e ações educativas no território podem romper com lógicas turísticas mercantilizadas, ao priorizar narrativas locais, memórias silenciadas e práticas culturais invisibilizadas. O turismo pedagógico surge como uma estratégia metodológica, ao utilizar o deslocamento como recurso didático, possibilitando a aproximação entre escola, território e comunidade, fortalecendo a aprendizagem significativamente. Sales (2025) ressalta que essa modalidade de turismo contribui para o desenvolvimento do senso crítico dos estudantes, ao articular conteúdos curriculares com experiências concretas no território.

Apesar de seu potencial educativo, a implementação de práticas integradas de educação patrimonial e turismo enfrenta entraves institucionais, como a fragmentação das políticas públicas, a ausência de formação continuada para educadores e gestores, e a limitada articulação entre as secretarias de educação, cultura e turismo. Essa fragmentação evidencia que o patrimônio cultural, embora frequentemente reconhecido em discursos institucionais, na prática, nem sempre é incorporado como eixo estruturante das políticas públicas locais. Esses desafios evidenciam a necessidade de políticas públicas comuns a essas pastas e que reconheçam o patrimônio cultural como recurso pedagógico e instrumento de desenvolvimento regional

3.2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

No contexto da gestão pública municipal, a educação patrimonial depende diretamente da existência de marcos legais, programas institucionais e ações educativas sistemáticas. Em municípios de forte relevância histórica e cultural, a

incorporação do patrimônio cultural às políticas educacionais e turísticas representa uma oportunidade de fortalecer práticas pedagógicas territorializadas e alinhadas às diretrizes da educação básica.

A atuação do município é fundamental para promover ações educativas que valorizem o patrimônio local, por meio de projetos, roteiros pedagógicos e parcerias institucionais. A ausência ou fragilidade dessas iniciativas comprometem a efetividade da educação patrimonial enquanto política pública.

É um desafio a operacionalização dessas políticas, sobretudo no que se refere à continuidade das ações, à formação de professores e à integração entre escola e território. Tolentino (2018) ressalta que práticas de educação patrimonial, quando desvinculadas das realidades locais, tendem a reproduzir modelos normativos e pouco participativos. Dessa forma, a gestão pública municipal assume papel decisivo ao promover políticas que reconheçam os territórios como espaços educativos, valorizando os saberes comunitários e incentivando metodologias ativas, como o turismo pedagógico.

No município de Ilhéus, alguns instrumentos institucionais indicam, ao menos no plano normativo, o reconhecimento da importância do patrimônio cultural para o desenvolvimento local. O Plano Municipal de Cultura 2012-2022 (Lei nº3619/2012) e o Sistema Municipal de Cultura de Ilhéus (Lei nº3949/2018), estabelecem, entre seus objetivos, a valorização da memória, das identidades culturais e dos bens patrimoniais do município. Os documentos também demonstram a necessidade de ações educativas voltadas à preservação e difusão do patrimônio cultural, reconhecendo o potencial dos sítios históricos e das manifestações culturais como elementos estruturantes da identidade local.

De forma complementar, o Plano Diretor Participativo de Ilhéus, instituído pela Lei municipal nº 3.265/2006, também apresenta dispositivos voltados à preservação do patrimônio histórico e cultural, reconhecendo determinados territórios e edificações como elementos importantes da paisagem urbana e da memória coletiva da cidade. Esses instrumentos de planejamento indicam que, no plano legal e institucional, existe o reconhecimento da relevância do patrimônio cultural para a construção da identidade territorial e para o desenvolvimento sociocultural do município.

Entretanto, observa-se que a existência desses marcos normativos nem sempre se traduz em políticas públicas efetivas ou em ações sistemáticas voltadas à

educação patrimonial. Em muitos casos, os documentos estabelecem diretrizes gerais de valorização do patrimônio cultural, mas carecem de estratégias concretas de implementação, financiamento e articulação intersetorial que possibilitem sua efetivação no cotidiano das políticas públicas municipais. Dessa forma, permanece uma lacuna entre o discurso institucional de valorização do patrimônio e a consolidação de práticas educativas contínuas que integrem escola, território e comunidade.

Essa lacuna torna-se ainda mais evidente quando se observa o campo do turismo. Apesar de Ilhéus ser reconhecida no discurso institucional e promocional como um dos principais destinos turísticos do sul da Bahia, o município não dispõe, até o presente momento, de um Plano Municipal de Turismo que oriente de maneira sistemática as políticas públicas para o setor. A ausência de planejamento revela uma fragilidade na organização das políticas voltadas ao turismo, especialmente quando se considera que a atividade turística ocupa lugar central na imagem e na economia local.

A inexistência de um plano municipal para a área dificulta a definição de diretrizes claras para a gestão dos recursos turísticos e para a integração entre turismo, patrimônio cultural e educação. Em contextos onde o turismo assume papel estratégico no desenvolvimento regional, o planejamento constitui elemento fundamental para orientar ações de preservação, uso sustentável do patrimônio e valorização dos territórios históricos. Sem esse planejamento estruturado, corre-se o risco de que o patrimônio cultural seja mobilizado predominantemente como recurso simbólico de promoção turística, sem que existam políticas efetivas voltadas à sua preservação, interpretação e utilização educativa. Nesse sentido, estudos sobre o planejamento turístico em municípios brasileiros indicam que a ausência de instrumentos de planejamento compromete a organização da atividade turística e limita a construção de estratégias sustentáveis de gestão do patrimônio e do território (Costa; Almeida, 2007).

Nesse sentido, observa-se uma contradição entre o discurso recorrente que posiciona Ilhéus como destino turístico consolidado e a fragilidade dos instrumentos institucionais responsáveis por orientar o desenvolvimento do setor. Essa situação reforça a necessidade de iniciativas que busquem articular de forma mais concreta as áreas de educação, cultura e turismo no âmbito municipal.

No caso de Ilhéus/BA, a elaboração de um roteiro pedagógico voltado ao distrito do Rio do Engenho insere-se como uma estratégia para integrar educação, turismo e cultura no âmbito da gestão pública municipal. Tal proposta dialoga com os princípios da educação patrimonial crítica, ao reconhecer o território como espaço educativo e ao valorizar práticas culturais locais. Além disso, contribui para a aproximação entre escola e território, favorecendo o uso do patrimônio como recurso didático-pedagógico nas escolas municipais. O roteiro apresentado, portanto, constitui-se como ferramenta aplicável à rede pública municipal, estruturado para dialogar com os conteúdos curriculares e com as diretrizes da educação básica.

Assim, a educação patrimonial, quando incorporada de forma estruturada às políticas públicas locais, pode fortalecer o turismo pedagógico como prática educativa contínua, superando ações pontuais e contribuindo para a formação cidadã e para a valorização dos territórios de memória e resistência.

4 O LÓCUS DA PROPOSTA: RIO DO ENGENHO E O PATRIMÔNIO CULTURAL

O Rio do Engenho, localizado na zona rural do município de Ilhéus/BA, constitui-se como um território de relevância histórica, cultural e simbólica. Geograficamente situado às margens do rio (recebe águas do Rio Santana, Fundão e Cachoeira), o território apresenta uma configuração paisagística que articula curso d'água, Mata Atlântica, manguezais e remanescentes arquitetônicos coloniais. Esse território abriga significativa diversidade de fauna típica dos ecossistemas costeiros do sul da Bahia, composta por aves, peixes, crustáceos e outras espécies que habitam os manguezais e os remanescentes da Mata Atlântica, compondo um cenário em que natureza e cultura se complementam.

O grande destaque do seu patrimônio material é a Igreja de Nossa Senhora de Santana, datada do século XVI, tombada em 1984 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC/BA). De acordo com Quintino Reis de Araújo,

[...] esta edificação histórica era parte do complexo do engenho. Sua localização na margem do rio alimenta lendas, significados e devoções diversas e mantém viva a religiosidade do passado afrobrasileiro e cristão. Conta a lenda que houve tentativas para transferir a igreja para um local alto, sem os prejuízos decorrentes

das enchentes, mas que a imagem da Santa aparecia nas pedras do leito do rio (2017, p.24).

A igreja é considerada uma das mais antigas do Brasil. A presença dessa edificação de 1537 não apenas atesta a antiguidade da ocupação colonial na região, mas também evidencia a centralidade da religiosidade católica no processo de organização social do território. Essa dimensão religiosa permanece viva na atualidade por meio da Festa de Nossa Senhora de Santana, celebração tradicional realizada pela comunidade local, que reúne manifestações de fé, encontros comunitários e práticas culturais que reforçam a continuidade das tradições.

A formação do Rio do Engenho remonta ao período colonial, estando diretamente associada ao processo de ocupação do sul da Bahia, à economia açucareira e, posteriormente, à expansão da cultura do cacau. Conforme Mattos (2004), o território preserva vestígios do Brasil Colônia, expressos em sua arquitetura, paisagem cultural e organização social. Ele descreve o Rio do Engenho como uma viagem ao Brasil Colônia, destacando a arquitetura remanescente e o sistema de produção açucareiro. Contudo, essa paisagem não é estática; ela é composta pela biodiversidade da Mata Atlântica e pela vida cotidiana de uma comunidade que ainda mantém laços com a terra e com a agricultura familiar (ARAÚJO et al., 2017). Nesse contexto, os saberes ligados ao cultivo da terra, ao manejo dos recursos naturais e às práticas da agricultura familiar constituem parte da dinâmica social do território, sendo transmitidos entre gerações.

Assim, o território articula passado colonial e presente comunitário, revelando continuidades e rupturas históricas. Entretanto, a patrimonialização formal de determinados bens, como a igreja, contrasta com a invisibilidade histórica de outras dimensões do território, especialmente aquelas relacionadas às experiências da população negra escravizada e às formas de resistência ali construídas.

Araújo et al. (2017) destacam que o Rio do Engenho apresenta potencial para práticas educativas e turísticas, especialmente no contexto do turismo no espaço rural e das trilhas interpretativas. Para os autores, a valorização da agricultura familiar, dos saberes tradicionais e da relação da comunidade com o território contribui para a construção de experiências educativas sensíveis às especificidades locais. A vivência com a gastronomia local, baseada em ingredientes produzidos na própria comunidade e em recursos provenientes dos seus rios, manguezais e da

Mata Atlântica, também se apresenta como elemento de valorização cultural e de fortalecimento das experiências turísticas e educativas.

Além da materialidade, o território abriga seu patrimônio imaterial, expresso nas tradições, nos saberes populares e suas narrativas orais, nas festividades e práticas religiosas e nas formas de organização comunitária. Entre essas expressões destacam-se as celebrações ligadas à devoção a Nossa Senhora de Santana, os conhecimentos tradicionais relacionados à agricultura familiar, às práticas de pesca e ao uso dos recursos naturais dos manguezais e da Mata Atlântica, bem como os modos de preparo da gastronomia local, que compõem um conjunto de saberes e práticas que estruturam a vida comunitária. Conforme aponta Noia (2008), a sustentabilidade do turismo no Rio do Engenho está diretamente relacionada ao reconhecimento e à valorização desses elementos culturais, que conferem singularidade ao território e fortalecem o sentimento de pertencimento da comunidade.

4.1 RIO DO ENGENHO COMO TERRITÓRIO DE MEMÓRIA E RESISTÊNCIA

Compreender o Rio do Engenho como território de memória e resistência implica reconhecer que o espaço é atravessado por relações históricas de poder, exclusão e luta. Ou seja, provoca deslocar o olhar da monumentalidade arquitetônica para as experiências históricas que ali se desenrolaram.

Muito antes da consolidação da economia cacaueira, o território foi cenário de conflitos coloniais. Em 1602, registrou-se uma revolta indígena no Engenho de Santana, evidenciando que os povos originários escravizados resistiram às imposições do trabalho forçado e à ocupação territorial. Esse episódio revela que o espaço não foi constituído de forma pacífica ou consensual, mas marcado por tensões estruturais desde os primeiros momentos da colonização.

Paraíso (2015. p. 119) afirma que,

[...] depreendemos que os indígenas tinham consciência da importância do seu trabalho para os colonos, particularmente, no que se referia à defesa de bens e na viabilização da expansão da conquista e colonização. Essa consciência permitiu-lhes conceber a rebeldia, centrando-a na fuga e na retirada de grande parcela dos indígenas que atuavam como defensores da vila, fazendas e engenhos e como trabalhadores em múltiplas atividades (Paraíso, 2015, p.119).

No século XVIII, o território voltou a ser palco de insurgência: a "Revolta do Engenho de Santana" onde os escravizados não apenas se rebelaram, mas redigiram um tratado de paz propondo condições de trabalho e dignidade, tornando-se um documento precursor das lutas trabalhistas no Brasil. O documento intitulado "Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservaram levantados" constitui uma das raras fontes escritas produzidas por sujeitos escravizados no Brasil colonial, o que amplia sua relevância histórica e política.

De acordo com Kaique Moreira Leo Lopes,

Em 1789, centenas de cativos iniciaram uma sublevação que paralisou por aproximadamente dois anos o Engenho de Santana, situado em Ilhéus. Os revoltosos mataram o mestre de açúcar, apropriaram-se das ferramentas e estabeleceram quilombos nas cercanias da propriedade, donde negociaram os termos de sua rendição, os quais foram expressos no "Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira", seu senhor. O manuscrito, construído pelos cativos, revela reivindicações bastante ousadas para a época, cuja observância tornaria a escravidão no Santana uma farsa.

No tratado, os cativos solicitavam "paz" em vez de "guerra", expressando a disposição para negociar, após resistirem bravamente a ataques de expedições militares. Assim, em 21 cláusulas, exigiram melhores condições de vida e trabalho para voltarem à servidão, não propondo, porém, um rompimento definitivo com o regime escravagista. Os rebeldes pleiteavam por espaços de liberdade e autonomia no engenho, de modo que pudessem, inclusive, "brincar, folgar e cantar em todos os tempos que quisermos sem que nos impeça e nem seja preciso licença". (Lopes, 2023, pg.15)

A relevância desse episódio evidencia que o território não foi apenas espaço de dominação colonial, mas também cenário de elaboração política e resistência coletiva. A escrita do tratado revela o protagonismo dos sujeitos escravizados, contrariando narrativas que os apresentam apenas como vítimas passivas do sistema.

Ferreira (2025) argumenta que o patrimônio deve ser lido a partir dessas "quebradas" e resistências, e não apenas pela suntuosidade das construções coloniais. Reis (2024) ressalta que territórios negros e tradicionais constituem espaços de resistência cultural, nos quais a memória coletiva atua como mecanismo de enfrentamento ao apagamento histórico. Nesse sentido, a valorização do patrimônio cultural assume papel central na afirmação das identidades locais. A memória, nesse contexto, não se limita à preservação do passado, mas se manifesta como prática social ativa, capaz de orientar ações no presente.

Entretanto, as memórias das revoltas ocorridas no Engenho de Santana não ocupam posição central nos discursos turísticos ou nas narrativas institucionais sobre o território. Enquanto a igreja e os vestígios coloniais são frequentemente destacados como símbolos identitários, a insurgência dos indígenas e negros escravizados tende a permanecer em segundo plano. Essa assimetria evidencia uma disputa simbólica em torno do passado: quem define quais memórias devem ser celebradas e quais devem ser silenciadas? Essa disputa não é meramente simbólica, mas impacta diretamente os processos de patrimonialização, os investimentos turísticos e as narrativas oficialmente difundidas sobre o território.

A patrimonialização tradicionalmente orientada por referenciais estéticos e arquitetônicos contribuiu para consolidar uma narrativa centrada na herança colonial, relegando a experiências de resistência um espaço marginal na memória pública. Nesse contexto, a valorização das Revoltas ocorridas no Engenho de Santana configura-se não apenas como resgate histórico, mas como gesto político de reinterpretação do território.

A educação patrimonial, ao reconhecer o Rio do Engenho como território de memória e resistência, contribui para a resignificação do espaço, promovendo o reconhecimento das narrativas locais e das experiências históricas silenciadas, assumindo uma posição crítica diante das hierarquias de memória que historicamente privilegiaram determinados marcos coloniais em detrimento das experiências de insurgência e luta. Essa abordagem fundamenta a proposta de roteiro pedagógico apresentada neste estudo, ao compreender o território como espaço educativo e político.

4.2 PATRIMÔNIOS IDENTIFICADOS

A partir da contextualização histórica e da análise do Rio do Engenho como território de memória e resistência, foi possível identificar um conjunto de patrimônios culturais materiais e imateriais que estruturam a experiência territorial e fundamentam a proposta de roteiro pedagógico apresentada neste estudo. Os critérios considerados foram: a relevância histórica e simbólica; o potencial pedagógico para problematização crítica e a possibilidade de acesso e vivência no território.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DE SANTANA - Edificação do século XVI, tombada pelo IPHAN e IPAC/BA, representa marco da ocupação colonial e da organização social do território. Seu valor pedagógico reside tanto na análise arquitetônica quanto na problematização da religiosidade como instrumento de poder e sociabilidade colonial.

RUÍNAS E VESTÍGIOS DO ANTIGO ENGENHO DE SANTANA - Incluem remanescentes estruturais associados ao complexo produtivo açucareiro, como o tacho e a pedra da moenda, estruturas edificadas e organização espacial do antigo engenho. Permitem compreender o funcionamento do sistema escravista e discutir tecnologia colonial, trabalho forçado e organização produtiva.

FAZENDA CAMINHO FELIZ – Propriedade particular. Espaço associado à cultura do cacau e a produção de seus derivados. Também produzem mel de abelha, licores de frutas regionais e comercializam alimentos feitos no fogão de lenha. Permite abordar ressignificações da economia rural do sul da Bahia.

SALA DE LEITURA GREGÓRIO LUÍS – Equipamento comunitário que articula memória, educação e território. Ela tem como objetivo promover o acesso a literatura e a história ancestral reconhecendo figuras importantes, porém relegadas, como o cativo Gregório Luis. Representa a forma atual de apropriação cultural e valorização da história local.

RESTAURANTE NETOS DA GABRIELA – Remete a história amadiana “Gabriela, Cravo e Canela” Seus proprietários são descendentes diretos da mulher real que inspirou Jorge Amado na criação da personagem Gabriela. Conhecido por sua culinária afetiva, o local oferece o tradicional “quibe de Nacib”, entre outras iguarias.

REVOLTA INDÍGENA DE 1602 - Episódio de resistência dos povos indígenas frente à ocupação colonial. Constitui marco de conflito e evidencia que o território foi historicamente disputado.

REVOLTA DO ENGENHO DE SANTANA DE 1789 - Levante protagonizado por escravizados que resultou na produção de um documento que representa uma das

raras manifestações escritas associadas à ação política de sujeitos escravizados no Brasil colonial, evidenciando protagonismo e elaboração política.

FESTA DE NOSSA SENHORA DE SANTANA - Manifestação religiosa tradicional que reafirma laços comunitários e atualiza práticas culturais históricas, integrando fé, identidade e pertencimento. Normalmente acontece no final de julho, e conta com as manifestações religiosas, culturais e profanas. No último dia de festa ocorre a procissão náutica organizada pela Associação de Moradores do Rio do Engenho com o apoio de outras entidades.

SABERES DA AGRICULTURA FAMILIAR - Práticas produtivas, modos de cultivo e relações com a terra transmitidas entre gerações, constituindo importante patrimônio cultural associado à sustentabilidade territorial.

GASTRONOMIA LOCAL - Expressão contemporânea de saberes culinários tradicionais, articulando identidade, território e experiência turística.

RIO DO ENGENHO E SUAS “ESTRADAS MOLHADAS” - O percurso fluvial entre o Pier do Jardim Secreto e o píer do Rio do Engenho integra manguezais, fauna e flora típicas da região. A paisagem constitui patrimônio natural-cultural, articulando ecossistema e memória histórica.

FAUNA, MANGUEZAIS E MATA ATLÂNTICA - Elementos fundamentais da configuração territorial, que permitem discutir relações entre natureza, economia e ocupação humana ao longo do tempo.

Considerados em conjunto, esses patrimônios revelam dimensões complementares da história e da dinâmica social do território. A análise desses elementos evidencia que o Rio do Engenho constitui um território no qual diferentes temporalidades e experiências históricas se entrelaçam. A Igreja de Nossa Senhora de Santana, os vestígios do antigo engenho e a história das Revoltas de 1602 e 1789 remetem ao período colonial e às estruturas sociais que marcaram a formação da região, enquanto espaços contemporâneos, como a Sala de Leitura Gregório Luís e os empreendimentos ligados à gastronomia e à produção local, revelam

processos atuais de ressignificação cultural e apropriação comunitária do território. Nesse sentido, esses patrimônios não devem ser compreendidos apenas como elementos isolados da paisagem, mas como referências que permitem problematizar a história local, evidenciar disputas de memória e reconhecer experiências de resistência historicamente silenciadas. A identificação desses espaços, portanto, fundamenta a elaboração do roteiro pedagógico proposto neste estudo, ao oferecer pontos de observação e reflexão capazes de articular patrimônio, memória e formação crítica dos estudantes.

5 ROTEIRO PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO METODOLÓGICO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A estruturação de um roteiro pedagógico não deve ser confundida com a simples elaboração de um itinerário de visitas. Ele constitui-se como instrumento metodológico para a operacionalização da educação patrimonial no contexto do turismo pedagógico. Ao organizar percursos, conteúdos e atividades educativas, o roteiro possibilita a mediação entre o patrimônio cultural e os processos de ensino-aprendizagem, promovendo experiências educativas significativas no território.

Sales (2025) destaca que o roteiro pedagógico, quando orientado por princípios educativos, transforma o patrimônio histórico-cultural em recurso de aprendizagem, estimulando a observação, a reflexão crítica e a construção coletiva do conhecimento. Diferentemente de roteiros turísticos tradicionais, o roteiro pedagógico prioriza o processo formativo. Por isso, para o autor, o turismo pedagógico amplia as possibilidades didáticas ao integrar diferentes áreas do conhecimento e ao valorizar a experiência vivida como elemento central do processo educativo.

Ao selecionar determinados pontos de visitação e determinadas narrativas, o roteiro também define quais memórias serão evidenciadas e quais permanecerão silenciadas. Nessa perspectiva, a construção do roteiro implica uma tomada de posição frente às disputas simbólicas que atravessam o patrimônio cultural.

De forma complementar, Aragão, Santos e Silva (2019) afirmam que o turismo pedagógico contribui para o desenvolvimento da educação patrimonial ao aproximar estudantes dos bens culturais e das narrativas históricas locais. A autora ressalta

que o roteiro pedagógico deve considerar o contexto escolar, a faixa etária dos estudantes e os objetivos educacionais, garantindo sua aplicabilidade no ensino básico.

No caso do Rio do Engenho, a elaboração de um roteiro pedagógico fundamentado no reconhecimento do território como espaço de memória e resistência possibilita integrar história local, patrimônio cultural e práticas educativas. Esse instrumento pode contribuir para fortalecer o vínculo entre escola e território, além de subsidiar ações da gestão pública municipal voltadas à educação patrimonial.

Dessa forma, ao deslocar o foco exclusivo da monumentalidade arquitetônica e incorporar as revoltas indígena (1602) e negra (1789) como marcos estruturantes da interpretação territorial, o roteiro pedagógico proposto neste estudo assume caráter metodológico e político, reconhecendo o turismo pedagógico como prática educativa comprometida com a valorização do patrimônio cultural, a formação cidadã e o desenvolvimento regional.

Ademais, ao estruturar-se em etapas de pré-visita, visita e pós-visita, o roteiro reafirma o princípio da aprendizagem significativa defendido por Sales (2025), segundo o qual a experiência territorial deve ser precedida de problematização conceitual e sucedida por sistematização crítica. A vivência no território, portanto, não constitui atividade complementar, mas extensão do currículo escolar, articulada às competências previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e orientada pela interdisciplinaridade.

Assim, o roteiro pedagógico não apenas organiza uma experiência educativa, mas materializa uma concepção crítica de educação patrimonial, na qual o território é compreendido como texto histórico a ser lido, interpretado e questionado.

5.1 ROTEIRO PEDAGÓGICO: RIO DO ENGENHO COMO TERRITÓRIO DE MEMÓRIA E RESISTÊNCIA

O roteiro pedagógico proposto neste estudo constitui-se como produto metodológico da pesquisa, materializando a articulação entre educação patrimonial, turismo pedagógico e gestão pública municipal. Sua elaboração fundamenta-se na compreensão do Rio do Engenho como território de memória e resistência, no qual o

patrimônio (cultural material, cultural imaterial e natural) opera como dispositivo educativo e político.

O projeto foi concebido para ser aplicável às escolas públicas municipais de Ilhéus/BA, especialmente aos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). Sua estrutura organiza-se em três etapas interdependentes: pré-visita, visita de campo e pós-visita, garantindo que a experiência territorial não se reduza a uma atividade pontual, mas se configure como processo formativo articulado ao currículo escolar.

5.1.1 Público-alvo

- Estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental
- Professores das áreas de História, Geografia, Ciências, Artes e Língua Portuguesa.

5.1.2 Objetivo geral do Roteiro

- Reconhecer o Rio do Engenho como território de memória e resistência, através da operacionalização de um roteiro pedagógico de educação patrimonial que articule conteúdos curriculares, experiência territorial e formação cidadã.

5.1.3 Objetivos específicos do Roteiro

- Compreender o processo histórico de formação do território.
- Identificar os patrimônios materiais, imateriais e naturais presentes no Rio do Engenho.
- Problematizar as narrativas oficiais sobre o período colonial.
- Analisar as revoltas ocorridas no Engenho de Santana como experiências de protagonismo histórico dos povos indígenas e negros.
- Relacionar patrimônio cultural, identidade local e pertencimento.
- Desenvolver competências investigativas e argumentativas.

5.1.4 Eixos Temáticos

O roteiro organiza-se a partir de três eixos interdisciplinares:

Eixo 1 – Memória, resistência e protagonismo histórico

- Revolta indígena de 1602
- Revolta do Engenho de Santana (1789): sistema escravista e economia açucareira
- Tratado redigido pelos escravizados

Eixo 2 – Cultura, identidade e religiosidade

- Igreja de Nossa Senhora de Santana
- Festa de Nossa Senhora de Sant'Ana
- Gastronomia local
- Sala de Leitura Gregório Luís

Eixo 3 – Território, natureza e sustentabilidade

- O Território do Rio do Engenho
- Observação dos rios, fauna e flora
- Economia cacaueteira e agricultura familiar

5.1.5 Articulação com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A elaboração do roteiro pedagógico proposto neste estudo buscou dialogar com as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que orienta a organização dos currículos da educação básica no Brasil. Considerando que a proposta envolve atividades de preparação, vivência territorial e sistematização posterior, buscou-se identificar de que maneira os conteúdos e experiências mobilizados durante o percurso poderiam contribuir para o desenvolvimento de habilidades previstas nesse documento.

O roteiro dialoga com as seguintes competências gerais da BNCC: Conhecimento; Pensamento científico, crítico e criativo; Repertório cultural; Argumentação; e Responsabilidade e cidadania. Considerando que se trata de um roteiro pedagógico que pode ser aplicado em diferentes contextos escolares, foram identificadas de forma preliminar algumas possibilidades de articulação entre a proposta e componentes curriculares da educação básica, especialmente nas áreas

de História e Geografia, que dialogam diretamente com temas como território, memória, patrimônio cultural e formação histórica do Brasil.

Nesse sentido, o quadro a seguir apresenta algumas habilidades previstas na BNCC que podem ser mobilizadas a partir das atividades desenvolvidas no roteiro pedagógico, evidenciando possíveis relações entre o percurso proposto e os conteúdos curriculares trabalhados no ensino fundamental.

Quadro 1 - Articulação do roteiro pedagógico com habilidades da BNCC

Componente curricular	Código da habilidade (BNCC)	Texto da habilidade na BNCC	Contribuição do roteiro pedagógico
História	EF08HI20	Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas.	O roteiro permite discutir a formação histórica do território do Rio do Engenho e refletir sobre os impactos sociais da escravidão na sociedade brasileira.
História	EF08HI19	Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas.	A análise do território e de seus patrimônios possibilita questionar e interpretar os legados históricos da escravidão a partir de registros materiais, memória local e documentos históricos.
História	EF08HI16	Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado.	O roteiro possibilita discutir processos históricos de resistência e luta social presentes na história brasileira e na formação de comunidades tradicionais.

História	EF08HI14	Discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas.	A visita pedagógica permite refletir sobre a participação histórica de diferentes grupos sociais e sobre permanências de desigualdades e preconceitos na sociedade brasileira.
História	EF06HI05	Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas.	A análise do território permite compreender como diferentes sociedades contribuíram para a formação da paisagem histórica e cultural da região.
Geografia	EF06GE01	Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos.	O roteiro permite observar transformações da paisagem histórica do Rio do Engenho e discutir mudanças no uso do território ao longo do tempo.
Geografia	EF06GE02	Analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários.	As atividades no território possibilitam compreender como diferentes grupos sociais produziram e transformaram o espaço geográfico.
Ciências	EF07CI08	Avaliar como os impactos provocados por catástrofes naturais ou mudanças nos componentes físicos, biológicos ou sociais de um ecossistema afetam suas populações, podendo ameaçar ou provocar a extinção de espécies, alteração de hábitos, migração etc.	A observação do ambiente natural durante o roteiro possibilita discutir conservação ambiental, ecossistemas locais e impactos das transformações humanas na paisagem.

Língua Portuguesa	EF69LP07	Produzir textos em diferentes gêneros, considerando sua adequação ao contexto produção e circulação – os enunciadores envolvidos, os objetivos, o gênero, o suporte, a circulação –, ao modo (escrito ou oral; imagem estática ou em movimento etc.), à variedade linguística e/ou semiótica apropriada a esse contexto, à construção da textualidade relacionada às propriedades textuais e do gênero), utilizando estratégias de planejamento, elaboração, revisão, edição, reescrita/redesign e avaliação de textos, para, com a ajuda do professor e a colaboração dos colegas, corrigir e aprimorar as produções realizadas, fazendo cortes, acréscimos, reformulações, correções de concordância, ortografia, pontuação em textos e editando imagens, arquivos sonoros, fazendo cortes, acréscimos, ajustes, acrescentando/alterando efeitos, ordenamentos etc.	Após a experiência no território, os estudantes podem produzir relatos de experiência, relatórios, narrativas históricas e registros multimodais sobre o patrimônio cultural visitado.
Arte	EF69AR34	Analisar e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, e favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas.	O roteiro pedagógico possibilita observar e interpretar bens patrimoniais e manifestações culturais locais, estimulando representações visuais e expressões artísticas sobre o patrimônio cultural.

Fonte: Elaborado pela autora com base na BNCC (2026).

A articulação apresentada no quadro acima evidencia que o roteiro pedagógico proposto pode contribuir para o desenvolvimento de diferentes habilidades previstas na BNCC, especialmente aquelas relacionadas à compreensão do território, à análise de processos históricos e à valorização do patrimônio cultural. Ao promover a vivência direta dos estudantes no espaço do Rio do Engenho, a proposta possibilita que conteúdos trabalhados em sala de aula sejam experienciados no território, favorecendo aprendizagens mais significativas. Dessa

forma, o roteiro configura-se como uma estratégia didática capaz de integrar diferentes componentes curriculares, estimulando a observação crítica do espaço, o reconhecimento das memórias locais e a reflexão sobre os processos históricos que marcaram a formação desse território.

5.1.6 Estrutura metodológica

No planejamento da visita de campo, serão adotados procedimentos que garantam a segurança e o acompanhamento adequado dos estudantes. Nesse sentido, destaca-se o envio prévio de um Termo de Autorização aos responsáveis legais, contendo informações detalhadas sobre a atividade, como objetivos pedagógicos, locais visitados, horários e orientações gerais. A participação dos estudantes estará condicionada à devolução do documento devidamente assinado.

Além disso, será assegurado o acompanhamento dos estudantes por professores e/ou responsáveis durante todo o percurso, bem como a organização prévia do deslocamento e a orientação quanto às condutas esperadas durante a atividade.

Etapa 1 – Pré-Visita

A etapa preparatória fundamenta-se na perspectiva de que a experiência territorial deve ser precedida de problematização conceitual. Conforme Horta et al. (1999), a educação patrimonial exige contextualização prévia para que o patrimônio seja interpretado criticamente.

Atividades sugeridas:

- Aula expositiva dialogada sobre Brasil colonial, sistema escravista e as Revoltas ocorridas no Engenho de Santana.
- Estudo orientado do “Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que conservaram levantados”, de 1789.
- Debate sobre disputas de memória: Quem escreve a história e por que algumas memórias são silenciadas?
- Formulação de questões investigativas que serão levadas a campo.

Desta forma, a etapa de pré-visita busca fornecer aos estudantes referenciais históricos e conceituais que orientem a experiência no território, preparando os alunos para interpretar os espaços a serem visitados de maneira mais contextualizada.

Etapa 2 – Visita Técnica

A visita é estruturada como percurso interpretativo, no qual cada ponto funciona como dispositivo pedagógico. Conforme Tolentino (2018), essa abordagem desloca o patrimônio da contemplação para a crítica, permitindo que os estudantes percebam tensões e silenciamentos históricos. Nesse sentido, cada ponto do percurso foi organizado de forma a mobilizar observação, diálogo e reflexão coletiva.

A visita tem duração média de 5 horas, considerando o deslocamento fluvial, as paradas interpretativas e os momentos de diálogo com os estudantes. O professor atua como mediador da experiência, estimulando a participação dos alunos por meio de problematizações.

Sempre que possível, recomenda-se que o roteiro inclua momentos de diálogo com os moradores da comunidade, pescadores, trabalhadores rurais ou responsáveis pelos espaços visitados. A escuta desses sujeitos permite valorizar saberes construídos a partir da vivência cotidiana no território, ampliando a compreensão dos estudantes sobre as dinâmicas sociais, culturais e ambientais do Rio do Engenho. Desta forma, o percurso pedagógico reconhece que a construção do conhecimento sobre o território não se limita às fontes escritas ou acadêmicas, mas também se alimenta da memória oral, das experiências de trabalho e das práticas culturais transmitidas entre gerações.

Pontos e Problematizações

Os pontos do roteiro foram definidos a partir da relevância histórica, cultural e ambiental dos espaços visitados no território do Rio do Engenho. Em cada parada são propostas problematizações que buscam estimular a observação da paisagem, a interpretação dos patrimônios identificados e a reflexão sobre os processos históricos que marcaram a formação do território, favorecendo momentos de diálogo e construção coletiva do conhecimento.

1. Passeio fluvial e visitação a sede do Rio do Engenho: Relações sociedade-natureza, formação territorial, ecossistema e paisagem cultural

Tempo aproximado: 40 minutos ida e 40 minutos volta.

O deslocamento fluvial entre o píer do Restaurante Jardim Secreto e o do Rio do Engenho constitui a primeira etapa da experiência territorial. Durante o trajeto, os

estudantes têm contato direto com a fauna e a paisagem composta por manguezais, rio e remanescentes de Mata Atlântica, elementos que integram a configuração ambiental e cultural do território. Sempre que possível, pode-se convidar o comandante da embarcação ou algum pescador do Rio do Engenho para compartilhar brevemente suas experiências relacionadas ao rio, às suas histórias e às mudanças na paisagem. Esse momento permite valorizar os saberes locais e percepções construídas a partir da vivência no território, ampliando a compreensão dos estudantes sobre as relações entre natureza, trabalho e cultura da região.

Durante o trajeto, o professor pode incentivar os alunos a observar a paisagem e refletir sobre a relação entre natureza e ocupação humana. Algumas perguntas podem orientar a observação, como por exemplo:

- Quais elementos da paisagem vocês conseguem identificar durante o percurso?
- De que forma rios e manguezais podem ter influenciado a ocupação do território no período colonial?

Assim, desde o início do percurso, os estudantes são convidados a perceber que a paisagem não é apenas cenário natural, mas resultado de processos históricos. Ao desembarcar no Rio do Engenho, o professor pode solicitar que os alunos observem a Sede, a sua paisagem ao redor, o rio, a Igreja, o local onde as casas e estabelecimentos comerciais foram construídos, etc.

Figura 01 – Passeio fluvial, Rio do Engenho, Ilhéus (BA).



Fonte: Acervo da autora (2026).

Figura 02 – Rio do Engenho, Ilhéus (BA).



Fonte: Acervo da autora (2026).

2. Igreja de Nossa Senhora de Santana: Análise arquitetônica, religião, poder e organização colonial.

Tempo aproximado: 20 minutos.

A edificação representa um marco da presença colonial portuguesa na região e revela a importância da religiosidade católica na organização social do território.

Inicialmente, propõe-se um momento de observação da arquitetura externa (fachada) e da localização da igreja. Em seguida, o professor pode conduzir os alunos para dentro da Igreja para continuar a contemplação e fazer uma breve contextualização histórica sobre o período colonial e sobre o papel das instituições religiosas na formação das sociedades coloniais.

Para estimular a reflexão dos estudantes, podem ser apresentadas algumas perguntas que permitam deslocar a interpretação do patrimônio de uma leitura exclusivamente estética para uma análise histórica e social, como por exemplo:

- Quem construiu essa igreja e em que contexto histórico ela foi construída?
- Quem frequentava esse espaço no período colonial?
- De que maneira a religião poderia influenciar a organização social naquela época?

Sempre que possível, pode-se incluir um breve momento de escuta com o responsável pela Igreja sobre as histórias transmitidas oralmente acerca do passado do Rio do Engenho, da construção da Igreja e do desenvolvimento da vila até os dias atuais. Esses relatos contribuem para aproximar os estudantes das memórias locais e evidenciam que a história do território também é preservada por meio da tradição oral.

Figura 03 – Igreja de Nossa Senhora de Santana. Rio do Engenho, Ilhéus (BA).



Fonte: Acervo da autora (2026).

3. Ruínas do Engenho (tacho e pedra da moenda) e Revoltas de 1602 e 1789: Tecnologia colonial e trabalho forçado. Resistência indígena e negra como experiências históricas de agência política e contestação ao sistema colonial.

Tempo aproximado: 50 minutos.

A observação dos vestígios do antigo Engenho de Santana permite discutir simultaneamente o funcionamento do sistema produtivo açucareiro e as formas de resistência de povos indígenas e africanos escravizados no período colonial.

Nesse ponto do percurso, os estudantes podem observar vestígios materiais do antigo engenho, como o tacho utilizado na produção do açúcar e a pedra da

moenda. A observação desses elementos permite compreender, de maneira concreta, como funcionava a estrutura produtiva dos engenhos coloniais.

Inicialmente, o professor pode solicitar que os estudantes observem atentamente o espaço. A partir dessa observação, o docente pode explicar brevemente o funcionamento de um engenho colonial, destacando as etapas da produção do açúcar e a centralidade do trabalho escravizado nesse sistema econômico.

Para estimular a reflexão, podem ser propostas algumas perguntas iniciais, como:

- Quem realizava o trabalho nesse engenho?
- Que tipos de atividades eram necessárias para produzir açúcar?
- Como vocês imaginam que era a vida das pessoas escravizadas nesse espaço?

Em seguida, propõe-se uma atividade investigativa baseada na leitura de um trecho do documento histórico conhecido como “Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos”, produzido durante a revolta de 1789 no Engenho de Santana. A análise desse documento no próprio espaço do antigo engenho permite articular território, patrimônio e interpretação histórica, fortalecendo o potencial educativo da atividade.

Os estudantes podem ser divididos em pequenos grupos e convidados a analisar o trecho do documento, discutindo questões como:

- O que os escravizados estavam reivindicando nesse tratado?
- Por que eles decidiram negociar condições de trabalho com o senhor do engenho?
- O que esse documento revela sobre a capacidade de organização dos escravizados?

Após a discussão em grupo, os estudantes compartilham suas interpretações com a turma, permitindo um debate coletivo sobre as formas de resistência presentes na sociedade colonial.

O professor pode ampliar a discussão apresentando brevemente outro episódio de resistência ocorrido no território: a revolta indígena de 1602, quando povos indígenas escravizados reagiram à exploração colonial por meio de fugas e confrontos, bem como a revolta dos escravizados do Engenho de Santana em 1789.

A partir dessas referências, podem ser propostas novas perguntas para reflexão. Questões que permitam discutir também as disputas em torno da memória histórica e a importância de valorizar narrativas que evidenciem a atuação de sujeitos historicamente invisibilizados. Exemplos:

- Por que revoltas como essas aparecem pouco nos livros didáticos?
- O que esses episódios revelam sobre a organização e a resistência de povos indígenas e africanos escravizados?
- Por que os livros didáticos raramente mencionam que os escravizados do Rio do Engenho redigiram suas próprias condições de trabalho e liberdade? O que isso nos diz sobre o protagonismo negro em Ilhéus?
- Por que algumas memórias históricas são mais lembradas que outras?

Figura 04 – Tacho do antigo engenho. Rio do Engenho, Ilhéus (BA).



Fonte: Acervo da autora (2026).

Figura 05 – Pedra da moenda do antigo engenho. Rio do Engenho, Ilhéus (BA).



Fonte: Acervo da autora (2026).

4. Sala de Leitura Gregório Luís: Memória negra e resistência

Tempo aproximado: 30 minutos.

Momento de retomada sobre a Revolta de 1789, pois a sala de leitura recebeu o nome de um dos líderes do movimento. A visita à Sala de Leitura Gregório Luís representa um momento de reflexão sobre a memória negra e sobre as formas contemporâneas de valorização da história local.

O professor pode destacar a importância de reconhecer personagens históricos frequentemente invisibilizados nas narrativas oficiais. E iniciar um momento de partilha com uma breve conversa com o responsável pelo espaço sobre a importância da preservação da história local para as novas gerações.

Uma possível dinâmica consiste em convidar os estudantes a refletirem sobre a importância da memória na construção das identidades coletivas. Essa discussão permite conectar a experiência do território com o conceito de educação patrimonial, compreendendo o patrimônio como instrumento de valorização da memória coletiva. Algumas perguntas podem orientar o diálogo, como por exemplo:

- Por que é importante preservar a memória de pessoas e comunidades?
- Quem decide quais histórias serão lembradas e quais serão esquecidas?

- De que forma espaços como essa sala de leitura ajudam a preservar a história local?

Figura 06 – Sala de Leitura Gregório Luís, Rio do Engenho, Ilhéus (BA).



Fonte: Acervo da autora (2026).

5. Fazenda Caminho Feliz: Economia rural contemporânea e sustentabilidade.
Tempo aproximado: 60 minutos.

A visita permite discutir as transformações econômicas ocorridas no sul da Bahia após o ciclo do açúcar, a consolidação da economia cacaueira, até os dias atuais. Os estudantes podem conhecer práticas de produção rural contemporâneas e compreender como as atividades ligadas ao cacau e à agricultura familiar continuam estruturando a vida econômica da região.

Sempre que possível, recomenda-se que o responsável pela propriedade e/ou trabalhadores da fazenda compartilhem com os estudantes seus conhecimentos sobre o cultivo do cacau e as transformações ocorridas na economia rural da região. Esse diálogo possibilita reconhecer os saberes construídos no cotidiano do trabalho agrícola.

Essa etapa do roteiro reforça a ideia de que o território continua em transformação e que suas atividades econômicas fazem parte da construção de sua identidade cultural. Algumas questões podem orientar a reflexão, a exemplo:

- Quais atividades econômicas sustentam atualmente a comunidade do Rio do Engenho?

- De que forma a produção de cacau contribuiu para a história da região?
- É possível desenvolver turismo sem destruir a cultura e a natureza do território?

Figura 07 – Fazenda Caminho Feliz, Rio do Engenho, Ilhéus (BA).



Fonte: Acervo da autora (2026).

6. Restaurante Netos da Gabriela: Gastronomia, literatura e identidade cultural.
Tempo aproximado: 50 minutos.

Ponto final do roteiro, os estudantes entram em contato com aspectos da cultura alimentar local e com a relação entre literatura, turismo e identidade regional. Essa etapa evidencia que o patrimônio cultural não se limita a edificações históricas, mas inclui também práticas culturais e saberes tradicionais.

Nesse momento, pode-se incluir uma breve conversa com os responsáveis pelo restaurante e/ou com cozinheiros locais, permitindo que compartilhem aspectos da culinária regional e da utilização de ingredientes tradicionais. Esse diálogo evidencia a gastronomia como expressão de saberes culturais transmitidos entre gerações.

O professor pode explicar brevemente a relação entre a personagem Gabriela, criada por Jorge Amado, e a história da região cacaueira. A partir dessa contextualização, torna-se possível discutir como elementos culturais e literários podem influenciar a construção da identidade turística de um território.

Algumas perguntas podem estimular a reflexão, a exemplo:

- De que forma a literatura pode influenciar a imagem de um lugar?
- Por que a gastronomia também pode ser considerada patrimônio cultural?
- Como a cultura local pode contribuir para o desenvolvimento do turismo?

Dessa forma, a visita técnica configura-se como momento central do roteiro pedagógico. Ao articular observação direta, problematizações e diálogo com os saberes locais, o percurso favorece a construção de aprendizagens contextualizadas, aproximando os conteúdos trabalhados em sala de aula da realidade social e cultural da comunidade. As experiências e reflexões produzidas durante a visita servirão como base para as atividades de sistematização e análise desenvolvidas na etapa posterior.

ETAPA 3 – PÓS-VISITA

A etapa de sistematização é essencial para consolidar as aprendizagens construídas ao longo da experiência territorial. Após a visita técnica, os estudantes são convidados a refletir sobre as observações realizadas, articulando os conhecimentos trabalhados previamente em sala de aula com as vivências e diálogos estabelecidos no território do Rio do Engenho. Aqui se materializa a perspectiva defendida por Ferreira (2025): o patrimônio como campo de ação política e exercício de cidadania.

Atividades possíveis:

- Relatório crítico.
- Mapa afetivo do território.
- Exposição fotográfica.
- Carta aberta ao poder público sobre preservação do patrimônio.

Dessa forma, ao estimular a expressão das linguagens escrita, visual e argumentativa, busca-se fortalecer a compreensão do patrimônio como elemento para a construção da cidadania e o reconhecimento da memória e das identidades locais.

A fim de sintetizar a organização das etapas do roteiro pedagógico proposto, o quadro a seguir apresenta os objetivos, atividades, eixos temáticos e produtos esperados em cada momento da experiência educativa.

Quadro 2 - Síntese das etapas do roteiro pedagógico

ETAPA	OBJETIVOS	ATIVIDADES	EIXOS TEMÁTICOS	PRODUTOS
PRÉ-VISITA	Contextualizar e problematizar	Aula dialogada, leitura do tratado, debate	Colonização, resistência, memória	Questões investigativas
VISITA	Vivenciar e interpretar o território	Percurso guiado, diário de campo, registro fotográfico	Território, identidade, natureza, resistência	Diário de campo
PÓS-VISITA	Sistematizar e produzir conhecimento	Relatório, exposição, mapa afetivo, carta aberta, etc	Patrimônio e cidadania	Produto autoral

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A partir dessa estrutura, definem-se também os critérios de avaliação das atividades desenvolvidas pelos estudantes.

5.1.7 Avaliação

A avaliação assume caráter formativo, valorizando o processo e não apenas o produto final. Ela deve considerar a participação dos alunos nas etapas, a sua capacidade argumentativa, a sua produção escrita/reflexiva articulando os assuntos abordados com a experiência da visita, bem como a sua compreensão crítica do território.

Para além dos instrumentos avaliativos já mencionados, a proposta incorpora a definição de indicadores de mensuração que possibilitam acompanhar de forma mais sistemática os resultados do roteiro pedagógico. Esses indicadores são organizados em dimensões qualitativas e quantitativas, contemplando: o nível de participação dos estudantes nas atividades, a capacidade de articulação entre teoria e prática, o desenvolvimento de competências interpretativas acerca do patrimônio cultural e a qualidade das produções realizadas ao longo do processo.

Considera-se, ainda, como indicador relevante, o desenvolvimento do pensamento crítico diante das narrativas históricas hegemônicas, bem como o reconhecimento do território como espaço de memória e resistência. Tais elementos

permitem avaliar não apenas a aprendizagem de conteúdos, mas os efeitos formativos mais amplos da experiência pedagógica.

5.1.8 Possibilidades de Implementação na Gestão Pública

O roteiro pode ser institucionalizado por meio de parceria entre Secretarias de Educação, Cultura e Turismo. Sua implementação demandará formação continuada dos professores. A expectativa é que ele seja incluído no calendário pedagógico municipal.

5.1.9 Potencial Transformador

O roteiro não propõe apenas uma visita guiada. Ao deslocar a centralidade da monumentalidade para a resistência histórica, propõe uma reinterpretação do território, contribuindo para a democratização das narrativas patrimoniais, o fortalecimento do pertencimento e para a consolidação de políticas públicas culturalmente referenciadas.

No que se refere aos impactos formativos, o roteiro pedagógico apresenta potencial significativo tanto para estudantes quanto para professores. Para os estudantes, a experiência territorial contribui para a superação da fragmentação entre teoria e prática, favorecendo o desenvolvimento de competências investigativas, interpretativas e argumentativas. Além disso, promove o fortalecimento do sentimento de pertencimento e a valorização do patrimônio cultural local, especialmente ao evidenciar narrativas historicamente silenciadas.

Para os professores, o roteiro amplia as possibilidades metodológicas ao incorporar o território como recurso didático, estimulando práticas interdisciplinares e abordagens problematizadoras. A proposta favorece a articulação entre diferentes componentes curriculares e fortalece a integração entre ensino e realidade local, contribuindo para uma prática pedagógica mais contextualizada e crítica.

6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa permitiu consolidar a compreensão de que o Rio do Engenho ultrapassa a condição de um mero sítio histórico. Trata-se de um território marcado

por camadas de memória, no qual se entrelaçam experiências de colonização, exploração econômica e, sobretudo, histórias de resistência protagonizadas por povos indígenas e por populações negras escravizadas. Ao longo do trabalho, tornou-se evidente que reconhecer esse espaço como patrimônio implica ir além da preservação física das estruturas coloniais ainda visíveis na paisagem. É necessário também salvaguardar e valorizar narrativas que, durante muito tempo, foram silenciadas, aproximando-se do que Tolentino (2018) denomina de uma educação patrimonial decolonial, capaz de devolver centralidade às experiências e vozes daqueles que historicamente foram colocados à margem das narrativas oficiais.

Nesse sentido, o desenvolvimento da pesquisa também revelou uma contradição. Apesar da riqueza histórica do Rio do Engenho, o território ainda carece de políticas públicas consistentes e contínuas voltadas à preservação, salvaguarda e valorização de seu patrimônio. Um exemplo dessa situação é o Memorial do Rio do Engenho, espaço que reunia peças históricas e narrativas relacionadas à população escravizada da região e que, durante a visita em loco realizada em 22 de janeiro de 2026, encontrava-se com suas atividades interrompidas. Embora as transições administrativas imponham desafios ao poder público, a suspensão de funcionamento de um equipamento que abriga o acervo da população escravizada sinaliza a necessidade de se consolidar a preservação e salvaguarda do patrimônio como uma política de Estado, e não apenas de governo. A revitalização e a manutenção desses espaços são essenciais para que o município cumpra seu papel na proteção da herança cultural, transformando o potencial turístico em benefício social efetivo. A interrupção das atividades de um equipamento dessa natureza evidencia como a memória de grupos historicamente subalternizados ainda enfrenta processos de invisibilização e descontinuidade institucional. Quando espaços como esse deixam de funcionar, perde-se não apenas um acervo material, mas também um importante canal de diálogo entre a comunidade, a história local e as novas gerações.

Diante desse cenário, a proposta de roteiro pedagógico apresentada neste trabalho busca ir além de uma sugestão metodológica para visitas escolares. Ela se configura como uma estratégia de valorização do território e de mobilização social em torno da história local. Ao transformar o Rio do Engenho em espaço de aprendizagem, o roteiro permite que estudantes observem os vestígios materiais da antiga estrutura açucareira, reflitam sobre as condições de vida das populações escravizadas e reconheçam episódios de resistência que marcaram a história da

região, como as Revoltas de 1602 e 1789. Essa experiência contribui para que o conhecimento histórico deixe de ser percebido como algo distante e abstrato, passando a ser compreendido como parte da própria trajetória coletiva da comunidade.

Além disso, iniciativas educativas desse tipo possuem potencial para sensibilizar tanto a sociedade quanto as autoridades públicas sobre a importância da preservação do patrimônio histórico e cultural. Quando a escola ocupa esses espaços e os transforma em ambientes de reflexão crítica, evidencia-se que eles não são apenas vestígios do passado, mas recursos vivos para a formação cidadã. Nesse processo, o turismo pedagógico, conforme argumenta Sales (2025), possibilita que os estudantes reconheçam no patrimônio elementos de sua própria identidade, fortalecendo o orgulho sobre a história de seus ancestrais e ampliando o senso de pertencimento ao território.

Assim, conclui-se que o Rio do Engenho possui potencial para se afirmar como um espaço de educação patrimonial no sul da Bahia. No entanto, para que esse potencial se concretize, é necessário que haja uma articulação mais efetiva entre poder público, instituições de ensino e comunidade. A valorização da história local não deve depender apenas de iniciativas pontuais, mas precisa se consolidar como um compromisso permanente com o direito à memória. Espera-se, portanto, que este estudo contribua para ampliar o debate sobre a preservação do patrimônio do Rio do Engenho e para incentivar ações que mantenham vivos e acessíveis os espaços de memória da região, garantindo que as histórias de luta, resistência e ancestralidade ali inscritas continuem sendo conhecidas e valorizadas pelas futuras gerações.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Ivan Rêgo; SANTOS, Saulo Ribeiro dos; SILVA, Saulo Rondinelli Xavier da. **História, turismo cultural e educação patrimonial nos centros antigos de São Cristóvão – SE, São Luís – MA e Ilhéus – BA**. Fronteiras, [S. l.], v. 21, n. 38, p. 155–181, 2019. DOI: 10.30612/frh.v21i38.11492. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/11492>. Acesso em: 23 dez. 2025.

ARAUJO, Quintino Reis de et al. **Turismo no espaço rural: trilha interpretativa da agricultura familiar no Rio do Engenho**. Ilhéus, BA: MAPA; CEPLAC, 2017. 70 p. ISBN 978-85-7991-107-1.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, [s.d.]. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 7 mar. 2026.

COSTA, Carlos Manuel Martins da; ALMEIDA, Éricka Maria Costa de Amorim. **O planejamento turístico entre os municípios brasileiros de pequena e média dimensão**. REVISTA ACADÊMICA OBSERVATÓRIO DE INOVAÇÃO DO TURISMO, [S. l.], v. 2, n. 1, 2008. DOI: 10.17648/raoit.v2n1.3588. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/raoit/article/view/3588>. Acesso em: 6 mar. 2026.

FERREIRA, Paulo Tacio Aires. **Educação patrimonial e turismo: entre roteiros, quebradas e resistências**. In: DEMARCHI, João; NITO, Mariana Kimie da Silva; SCIFONI, Simone (org.). Por uma nova pedagogia do patrimônio cultural: conflitos, apagamentos e práticas educativas de resistência. São Paulo: FFLCH/USP, 2025. p. 225–246. Disponível em: [https://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/Repep_%20POR%20UMA%20NOVA%20PEDAGOGIA%20DO%20PATRIM%C3%94NIO%20CULTURAL_capa%20e%20miolo_v11%20\(1\).pdf](https://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/Repep_%20POR%20UMA%20NOVA%20PEDAGOGIA%20DO%20PATRIM%C3%94NIO%20CULTURAL_capa%20e%20miolo_v11%20(1).pdf). Acesso em: 10 dez. 2025.

G1 BA. **Capela secular na BA sofre com falta de estrutura e corre risco de desabar**. G1, 5 set. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/09/05/capela-secular-na-ba-sofre-com-falta-de-estrutura-e-corre-risco-de-desabar.ghtml>. Acesso em: 5 mar. 2026

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; Museu Imperial, 1999. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf. Acesso em: 23 dez. 2025.

ILHÉUS (BA). **Lei nº 3.949, de 18 de junho de 2018**. Cria o Sistema Municipal de Cultura de Ilhéus e dá outras providências. Ilhéus: Prefeitura Municipal, 2018. Disponível em: https://snc.cultura.gov.br/media/179/docs/criacaoosistema/lei_3949_-_cria_o_smc_Mh nWUWc.pdf. Acesso em: 7 mar. 2026.

ILHÉUS (BA). Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Cultura de Ilhéus**. Ilhéus: Prefeitura Municipal, 2012. Disponível em: <https://snc.cultura.gov.br/media/2913606/docs/plano/ba-pmc-ilheus.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2026.

ILHÉUS.NET. **Prefeitura vai ofertar formação em educação patrimonial para profissionais da rede municipal**. Ilhéus, 2023. Disponível em: <https://www.ilheus.net/2023/04/prefeitura-vai-ofertar-formacao-em-educacao-patrimonial-para-profissionais-da-rede-municipal.html>. Acesso em: 7 mar. 2026.

MATTOS, Samuel Leandro Oliveira de. **Rio do Engenho: uma viagem ao Brasil Colônia**. 2004. Projeto (Extensão universitária) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2004.

NOIA, A. C. **Sustentabilidade e atração turística: o caso da comunidade do Rio do Engenho, Ilhéus – BA**. Revista Urutaguá, Maringá, n. 14, p. 1–10, dez. 2007/jan.–mar. 2008. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/014/14noia.htm>. Acesso em: 11 dez. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOPES, Kaíque Moreira Léo. **O Engenho de Santana em dois tempos (c.1537 e c.1730)**. 2023. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/38273>. Acesso em: 2 fev. 2026.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Revolta indígena no Engenho de Santana na Capitania de Ilhéus: o Atlântico açucareiro e o trabalho indígena (1602)**. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 16, n. 24, p. 103-123, 2015. DOI: 10.5752/P.2237-8871.2015v16n24p103. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2015v16n24p103>. Acesso em: 2 fev. 2026.

PEREIRA, Carolina Machado Rocha Busch; CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. **Educação geográfica e território usado: estratégias para desenvolver o raciocínio geográfico**. In: ENCONTRO REGIONAL DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 9., 2025, Campinas. *Autonomia docente e ensino de Geografia: resistir para existir*. Campinas: Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Campinas, 2025. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/ereg/article/view/4101>. Acesso em: 8 mar. 2026

PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE ILHÉUS. **Blog do PMC de Ilhéus**. Ilhéus, [s.d.]. Disponível em: <https://pmcdeilheus.blogspot.com/>. Acesso em: 7 mar. 2026.

REIS, A. F. C. **Educação e patrimônio cultural como forma de resistência em territórios negros**: Madureira – RJ. Salvador e Suas Cores, [S. l.], n. 6, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/ssc/article/view/64364>. Acesso em: 25 dez. 2025.

RODRIGUES DE ALMEIDA, R.; MARTINS DE MOURA FÉ, M.; DE AGUIAR PINHEIRO, M. V. **A cidade-oficina: o patrimônio cultural de Juazeiro do Norte e o desenvolvimento regional sustentável**. Revista de História Regional, [S. l.], v. 29, 2024. DOI: 10.5212/Rev.Hist.Reg.v.29.22546. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/22546>. Acesso em: 23 dez. 2025.

SALES, Luiz Ricardo. **O patrimônio histórico-cultural como instrumento de aprendizagem na prática do turismo pedagógico no município de Areia, Paraíba**. Revista Espacialidades, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 1338–1350, 2025. DOI: 10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38584. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/38584>. Acesso em: 22 dez. 2025.

SEBRAE BAHIA. **Ilhéus: festival gastronômico do Rio do Engenho marca nova rota turística no sul da Bahia**. Salvador: Sebrae Bahia, [s.d.]. Disponível em: <https://ba.agenciasebrae.com.br/arquivo/ilheus-festival-gastronomico-do-rio-do-engenho-marca-nova-rota-turistica-no-sul-da-bahia/>. Acesso em: 7 mar. 2026.

Sem Nome, **"Tratado proposto ao Senhor de Engenho pelos escravos rebelados"**. Impressões Rebeldes. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/documento/tratado-proposto-a-manuel-da-silva-ferreira-pelos-seus-escravos-durante-o-tempo-em-que-conservaram-levantados/>. Publicado em: 04 de maio de 2022. Acesso em: 2 fev. 2026

TOLENTINO, Átila Bezerra. **Educação patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal**. Sillogés, v. 1, n. 1, p. 41–60, jan./jul. 2018. ISSN 2595-4830.

XAVIER, Graciele Mendes de Souza; MÁRQUES, Fernanda Telles. **Educação patrimonial e decolonialidade: uma revisão da literatura**. Mosaico, [S. l.], v. 16, n. 26, p. 515–539, 2024. DOI: 10.12660/rm.v16n26.2024.91852. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/91852>. Acesso em: 3 jan. 2026.

ANEXO A - TRATADO PROPOSTO AO SENHOR DE ENGENHO PELOS ESCRAVOS REBELADOS

SAN1789/1

PROJETO "IMPRESSÕES REBELDES"

PIBIC/ CNPq/ UFF

Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservaram levantadosⁱ

Meu Senhor, nós queremos paz e não queremos guerra; se meu senhor também quiser nossa paz há de ser nessa conformidade, se quiser estar pelo que nós quisermos a saber.

Em cada semana nos há de dar os dias de sexta-feira e de sábado para trabalharmos para nós não tirando um destes dias por causa de dia santo.

Para podermos viver nos há de dar rede, tarrafa e canoas.

Não nos há de obrigar a fazer camboas, nem a mariscar, e quando quiser fazer camboas e mariscar mande os seus pretos Minas.

Para o seu sustento tenha lancha de pescaria ou canoas do alto, e quando quiser comer mariscos mande os seus pretos Minas.

Faça uma barca grande para quando for para Bahia nós metermos as nossas cargas para não pegarmos fretes.

Na planta de mandioca, os homens queremos que só tenham tarefa de duas mãos e meia e as mulheres de duas mãos.

A tarefa de farinha há de ser de cinco alqueires rasos, pondo

arrancadores bastantes para estes servirem de pendurarem os tapetes.

A tarefa de cana há de ser de cinco mãos, e não de seis, e a dez canas em cada freixe.

No barco há de pôr quatro varas, e um para o leme, e um no leme puxa muito por nós.

A madeira que se serrar com serrá de mão embaixo hão de serrar três, e um em cima.

A medida de lenha há de ser como aqui se praticava, para cada medida um cortador, e uma mulher para carregadeira.

Os atuais feitores não os queremos, faça eleição de outros com a nossa aprovação.

Nas moendas há de pôr quatro moedeirar, e duas guindas e uma carcaña.

Em cada uma caldeira há de haver botador de fogo, e em cada terno de faixas o mesmo, e no dia sábado há de haver remediavelmente peija no Engenho.

Os martinheiros que andam na lancha além de camisa de baeta que se lhe dá, hão de ter gibão de baeta, e todo o vestuário necessário.

O canavial de Jabirú o iremos aproveitar por esta vez, e depois há de ficar para pasto porque não podemos andar tirando canas por entre mangues.

Poderemos plantar nosso arroz onde quisermos, e em qualquer brejo, sem que para isso peçamos licença, e poderemos cada um tirar jacarandás ou qualquer pau sem darmos parte para isso.

A estar por todos os artigos acima, e conceder-nos estar sempre de posse da ferramenta, estamos prontos para o servimos como dantes, porque não queremos seguir os maus costumes dos mais Engenhos.

Poderemos brincar, folgar, e cantar em todos os tempos que quisermos sem que nos empeça e nem seja preciso licença.

¹ REIS, J. J. e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito – a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989, p. 123-124.